

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

*Apresentação das Informações Trimestrais
em 31 de Março de 2012 e Relatório sobre
a Revisão de Informações Trimestrais dos
Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8-“F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 65.976/O-4

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>Em 31 de março de 2012</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2011</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	30.261	35.179
Contas a receber	4	140.118	139.142
Estoques		15.054	11.191
Tributos a recuperar	5	22.792	22.051
Adiantamento a fornecedores		3.828	11.485
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	2.841
Outros ativos		<u>4.220</u>	<u>2.980</u>
		<u>216.273</u>	<u>224.869</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	4	2.416	2.608
Tributos a recuperar	5	30.927	31.577
Tributos diferidos	13	17.820	16.117
Depósitos judiciais	14	<u>10.988</u>	<u>10.911</u>
		<u>62.151</u>	<u>61.213</u>
Investimentos	6	87.392	87.392
Imobilizado	7	897.176	872.886
Intangível	8	<u>47.180</u>	<u>45.488</u>
		<u>1.031.748</u>	<u>1.005.766</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.310.172</u>	<u>1.291.848</u>

(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais)

		Em 31 de março de 2012	Em 31 de dezembro de 2011
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>Nota</u>		
CIRCULANTE			
Fornecedores		19.791	35.898
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro	9	64.109	65.282
Debêntures	10	13.792	6.126
Salários e encargos sociais		26.277	24.967
Imposto de renda e contribuição social	13	5.295	2.742
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		144	353
Tributos a pagar		8.071	8.119
Participação nos lucros a pagar	12	3.600	7.917
Dividendos a pagar		21.892	21.892
Instrumentos financeiros derivativos	21	78	-
Outros passivos		<u>5.198</u>	<u>4.441</u>
		<u>168.247</u>	<u>177.737</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro	9	68.233	71.110
Debêntures	10	268.546	268.428
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		10.740	10.519
Tributos diferidos	13	10.989	11.229
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	14.709	16.079
Outros passivos		<u>505</u>	<u>606</u>
		<u>373.722</u>	<u>377.971</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>541.969</u>	<u>555.708</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital	15	527.990	527.587
Reservas de capital	15	(4.660)	(5.581)
Reservas de lucros	15	211.652	212.032
Ajuste de avaliação patrimonial	15	176	2.102
Lucros Acumulados		<u>33.045</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido		<u>768.203</u>	<u>736.140</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.310.172</u>	<u>1.291.848</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Em 31 de março <u>de 2012</u>	Em 31 de março <u>de 2011</u>
	<u>Nota</u>		
Receita líquida de vendas e serviços	17	199.140	144.990
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	18	<u>(87.380)</u>	<u>(71.320)</u>
LUCRO BRUTO		111.760	73.670
Despesas gerais e administrativas	18	<u>(50.194)</u>	<u>(36.846)</u>
LUCRO OPERACIONAL		<u>61.566</u>	<u>36.824</u>
Receitas financeiras	19	1.364	2.061
Despesas financeiras	19	<u>(12.619)</u>	<u>(5.118)</u>
DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		(11.255)	(3.057)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		50.311	33.767
Imposto de renda e contribuição social	13	<u>(17.646)</u>	<u>(11.569)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>32.665</u>	<u>22.198</u>
Lucro básico por ação - R\$	16 (a)	<u>0,26</u>	<u>0,18</u>
Lucro diluído por ação - R\$	16 (b)	<u>0,25</u>	<u>0,17</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO 2012 E 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	Em 31 de março de 2012	Em 31 de março de 2011
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		32.665	22.198
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE			
Hedge de fluxos de caixa	21	<u>(1.926)</u>	<u>(1.590)</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		<u>30.739</u>	<u>20.608</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Capital social <u>subscrito</u>	Reserva de <u>capital</u>	<u>Reservas de lucros</u>				Ajuste avaliação <u>patrimonial</u>	Lucros (prejuízos) <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
			<u>Legal</u>	<u>Para investimentos</u>	<u>De retenção</u>	<u>Especial</u>			
Em 1º de janeiro de 2011	525.123	(8.170)	8.583	61.243	71.527	3.849	(7.003)		655.152
Premio de opções de ações		441							441
Realização de reserva especial – amortização fiscal do ágio incorporado da Itapoã						(380)		380	-
Resultado abrangente do período - <i>hedge</i> de fluxo de caixa							(1.590)		(1.590)
Lucro líquido do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.198</u>	<u>22.198</u>
Em 31 de março de 2011	<u>525.123</u>	<u>(7.729)</u>	<u>8.583</u>	<u>61.243</u>	<u>71.527</u>	<u>3.469</u>	<u>(8.593)</u>	<u>22.578</u>	<u>676.201</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reservas de lucros			Retenção de lucros	Ajuste avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Reserva de expansão	Especial				
Em 1º de janeiro de 2012	<u>527.587</u>	<u>(5.581)</u>	<u>13.192</u>	<u>61.243</u>	<u>2.329</u>	<u>135.268</u>	<u>2.102</u>	<u>-</u>	<u>736.140</u>
Integralização de capital – emissão de ações	403								403
Premio de opções de ações		921							921
Realização de reserva especial – amortização fiscal do ágio incorporado da Itapoã					(380)			380	-
Resultado abrangente do período - <i>hedge</i> de fluxo de caixa							(1.926)		(1.926)
Lucro líquido do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.665</u>	<u>32.665</u>
Em 31 de março de 2012	<u>527.990</u>	<u>(4.660)</u>	<u>13.192</u>	<u>61.243</u>	<u>1.949</u>	<u>135.268</u>	<u>176</u>	<u>33.045</u>	<u>768.203</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

PERÍODOS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Em 31 de março de 2012	Em 31 de março de 2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	50.311	33.767
Ajustes:		
Depreciação e amortização	24.675	16.023
Provisão para contingências	1.040	154
Provisão para despesa com opções de ações	921	441
Participação de lucros a pagar	3.600	1.414
Ganho na alienação dos ativos imobilizados e intangível baixados	(7.386)	(2.902)
Rendimento de títulos e valores mobiliários	-	(1.615)
Juros, variação monetária e variação cambial sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	11.500	4.252
Provisão para devedores duvidosos	6.410	494
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	12	-
	<u>40.772</u>	<u>18.261</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(7.194)	(658)
Estoques	(3.863)	(1.112)
Tributos a recuperar	3.397	4.153
Depósitos judiciais	(77)	9
Outros ativos	9.258	(717)
Fornecedores	(1.485)	(8.429)
Salários e encargos sociais	1.310	5.623
Tributos a pagar	(48)	(950)
Outros passivos	<u>(1.018)</u>	<u>5.075</u>
	280	2.994
Processos judiciais liquidados	(2.585)	-
Juros pagos	(2.463)	(4.252)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.132)	(2.163)
Participação nos lucros paga	<u>(7.917)</u>	<u>(17.504)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	63.266	31.103

(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

PERÍODOS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Em 31 de março de 2012	Em 31 de março de 2011
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Títulos e valores mobiliários	-	126.719
Aquisições de investimentos	-	(90.000)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível (*)	(73.006)	(94.647)
Valor recebido na venda de ativo imobilizado e intangível	<u>9.720</u>	<u>4.171</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(63.286)	(53.757)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aportes de capital	403	-
Dividendos e JCP pagos	-	(3.582)
Amortização de empréstimos	(8.692)	(6.334)
Ingressos de empréstimos	<u>3.391</u>	<u>30.678</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (APLICADOS NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>(4.898)</u>	<u>20.762</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO	<u>(4.918)</u>	<u>(1.892)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (NOTA 6)	<u>35.179</u>	<u>6.192</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO (NOTA 6)	<u>30.261</u>	<u>4.300</u>

(*) No total de aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível estão sendo considerados os créditos de Pis e Cofins.

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PERÍODO LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	Em 31 de março de 2012	Em 31 de março de 2011
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	226.401	168.033
Cancelamentos e descontos	(7.619)	(9.351)
Outras receitas (venda de ativos)	1.758	200
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	<u>(6.410)</u>	<u>(486)</u>
	<u>214.130</u>	<u>158.396</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.245)	(3.504)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(26.364)	(26.596)
Baixa de ativos de locação	(2.266)	(1.268)
Outros	<u>(11)</u>	<u>(13)</u>
	<u>(33.886)</u>	<u>(31.381)</u>
Valor adicionado bruto	180.244	127.015
Depreciação, amortização e exaustão	(24.675)	(16.024)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	155.569	110.991
Valor adicionado recebido em transferência	1.364	2.061
Receitas financeiras	1.364	2.061
Valor adicionado total a distribuir	<u>156.933</u>	<u>113.052</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	58.225	47.408
Remuneração direta	45.873	36.781
Benefícios	9.503	8.193
FGTS	2.849	2.434
Impostos, taxas e contribuições	49.048	34.336
Federais	45.723	31.419
Estaduais	976	585
Municipais	2.349	2.332
Remuneração sobre o capital de terceiros	16.995	9.110
Juros e variações cambiais	12.618	5.159
Aluguéis	4.377	3.951
Remuneração sobre o capital próprio	32.665	22.198
Lucros retidos/prejuízo do exercício	32.665	22.198
Valor adicionado distribuído	<u>156.933</u>	<u>113.052</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 31 DE MARÇO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto está sediada na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de construção civil e manutenção industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Aluguel e vendas, inclusive exportação, de estruturas para construção civil em aço e alumínio, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Aluguel, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (c) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.
- (d) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópios, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.

As informações contábeis contidas nessas Informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2012.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. Base de apresentação

As informações trimestrais da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias e foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21, que trata das demonstrações financeiras intermediárias, e de acordo com o *International Accounting Standards* – (IAS) nº. 34.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2011, cujas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com os Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* – IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2011), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste trimestre, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais:

Notas explicativas não incluídas no período findo em 31 de março de 2012	Localização da nota completa na demonstração anual do exercício de 2011
Gestão de risco financeiros	Nota explicativa nº 4
Programa de recuperação fiscal (Refis)	Nota explicativa nº 19

2.2. Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, divulgadas na nota explicativa 2. Tais demonstrações foram publicadas dia 06 de março de 2012 nos jornais Valor econômico e Diário Oficial.

2.3. Reclassificação

Em 31 de março de 2012 os saldos comparativos no montante de R\$3.245 de depósito judicial e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes à 31.12.2011 foram reclassificados para fins de comparabilidade.

2.4. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas Informações trimestrais

As informações referentes aos Pronunciamentos Contábeis e Interpretações Emitidas Recentemente não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.4 às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011. Abaixo listamos as normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

Modificações à IFRS 7 Divulgações	Transferências de Ativos Financeiros (1)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (2)
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas (2)
IFRS 11	Acordos de Participação
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades (2)
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo (2)
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3)
Modificações à IAS 12	Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes (4)
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados (2)
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas (2)
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e Joint Ventures (2)

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1o de julho de 2011.
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2013.
- (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1o de julho de 2012.
- (4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2012.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Em 31 de março <u>2012</u>	Em 31 de dezembro <u>2011</u>
Caixa	310	358
Equivalentes de caixa	<u>29.951</u>	<u>34.821</u>
	<u>30.261</u>	<u>35.179</u>

O saldo registrado como equivalentes de caixa refere-se aos recursos derivados da emissão de notas promissórias em dezembro de 2011 e não há nenhuma restrição quanto a sua utilização.

4. CONTAS A RECEBER

	Em 31 de março <u>2012</u>	Em 31 de dezembro <u>2011</u>
Divisão construção	43.576	40.934
Divisão Jahu	35.283	31.844
Divisão Serviços industriais	50.257	49.755
Divisão aluguel (Mills Rental)	35.411	34.708
Eventos (**)	5.063	5.155
	<u>169.590</u>	<u>162.396</u>
Provisão para devedores duvidosos (*)	<u>(27.056)</u>	<u>(20.646)</u>
	<u>142.534</u>	<u>141.750</u>
Circulante	<u>140.118</u>	<u>139.142</u>
Não circulante	<u>2.416</u>	<u>2.608</u>

(*) A provisão para devedores duvidosos do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes.

(**) Valor a receber pela venda do imobilizado da divisão eventos que foi descontinuada em 2008.

Em 31 de março de 2012, contas a receber de clientes no total de R\$ 27.056 (2011 - R\$20.646) estavam provisionadas. O aumento no montante desta provisão refere-se principalmente ao provisionamento do saldo a receber de clientes específicos que durante o primeiro trimestre de 2012 apresentaram dificuldades em cumprir com suas obrigações.

A Mills possui contas a receber correspondente aos bens da Divisão de Eventos, cujas atividades foram descontinuadas. Parte dos bens foi vendida ao longo de 2008 e 2009, através de contrato firmado de compra e venda de bens móveis com reserva de domínio celebrado em 18 de fevereiro de 2009. O valor da venda será recebido no período máximo de 8 anos, sendo as parcelas reajustadas de acordo com a variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31.03.2012, e a administração, com base nas garantias reais previstas em contrato, considera que o mesmo será realizado integralmente até o vencimento da última parcela.

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes. A Companhia não possui concentração de clientes em sua receita e contas a receber, não possuindo nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais de seu contas a receber em nenhum de seus segmentos.

A análise de vencimentos das contas a receber está demonstrada a seguir:

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>
A vencer	100.281	94.892
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	8.817	14.330
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	22.677	20.743
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	7.454	10.675
Vencidos acima de 120 dias (*)	<u>30.361</u>	<u>21.756</u>
Total	<u>169.590</u>	<u>162.396</u>

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>
PIS e COFINS a compensar (*)	49.145	48.506
IRPJ e CSLL a compensar	901	606
ICMS a compensar	1.357	2.051
Outros	<u>2.316</u>	<u>2.465</u>
	<u>53.719</u>	<u>53.628</u>
Circulante	<u>22.792</u>	<u>22.051</u>
Não circulante	<u>30.927</u>	<u>31.577</u>

(*) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado e os mesmos serão compensados com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos e a expectativa é que sejam realizados até 2016.

Desde dezembro de 2009 a Companhia utilizava na apuração e pagamento do PIS/COFINS os créditos decorrentes da aquisição de ativo imobilizado para locação à razão de 1/12 avos. Devido a interpretações diversas do artigo 1º da Lei 11.774/08 no que tange a possibilidade do aproveitamento acelerado dos referidos créditos para a atividade de locação de bens móveis, a Companhia decidiu formular consulta à Receita Federal do Brasil a fim de certificar-se do procedimento até então adotado. A resposta obtida no mês de julho de 2011 dispõe que a atividade de locação não estava inserida no contexto descrito em tal dispositivo legal e, desta forma a Companhia não faria jus ao aproveitamento do crédito a razão de 1/12 avos. Diante deste fato, a Companhia prontamente modificou a metodologia de cálculo dos créditos de PIS e COFINS de 1/12 avos para 1/48 avos e, efetuou o recolhimento dos tributos, teoricamente postecipados, no total de R\$25.548 com todos os encargos devidos. Tal pagamento foi registrado em contrapartida a conta de tributos a recuperar a fim de ser utilizado futuramente a razão de 1/48 avos. A Companhia por não concordar com a interpretação da Receita Federal impetrou mandado de segurança a fim de voltar a utilizar os créditos à razão de 1/12 avos, e aguarda tal decisão.

6. INVESTIMENTO

a) Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A Estruturas Tubulares (“Rohr”), por R\$90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial. Durante o exercício de 2011 a Companhia recebeu R\$2.035, e R\$ 573 (liquido de Impostos) de Juros sobre Capital Próprio e dividendos relativo ao investimento na Rohr. Tais valores foram registrados reduzindo o valor do investimento por se tratar de valores recebidos logo após a aquisição das ações da investida e dividendos oriundos de lucros ou reservas já existentes na data da compra das ações respectivamente.

A Companhia avaliou a sua influência sobre a administração da Rohr e concluiu que apesar de deter 27,47% do capital da investida, tal investimento deve ser registrado pelo custo de aquisição pelos seguintes fatos: a Mills não tem poder de participar na elaboração e nas decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas da Rohr, não controlando de forma individual ou conjunta essas políticas e não possuindo representatividade na Administração da investida. Adicionalmente, não existe acordo de acionistas que possa conferir a Mills o direito de ter influência na Administração da investida. Com base nesses fatores, a Companhia concluiu que não possui influência significativa na investida e manterá o investimento registrado pelo custo de aquisição.

7. IMOBILIZADO

	Equipamento de locação e uso operacional	Leasing	Equipamentos de locação a imobilizar	Total Equipamentos de locação	Benfeitorias propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total bens uso próprio	Total do imobilizado
<u>Custo do imobilizado bruto</u>													
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>902.920</u>	<u>98.971</u>	<u>57.503</u>	<u>1.059.394</u>	<u>9.953</u>	<u>11.049</u>	<u>8.526</u>	<u>951</u>	<u>1.197</u>	<u>6.145</u>	<u>11.596</u>	<u>49.417</u>	<u>1.108.811</u>
Aquisição	29.558	-	24.280	53.838	803	-	220	170	33	652	771	2.649	56.487
Alienação	(4.073)	(765)	-	(4.838)	-	-	-	(65)	-	(1)	-	(66)	(4.904)
Ajuste para crédito Pis e Cofins	(5.392)	-	-	(5.392)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.392)
Transferências	<u>34.206</u>	<u>(56)</u>	<u>(34.384)</u>	<u>(234)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>229</u>	<u>234</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de março de 2012	<u>957.219</u>	<u>98.150</u>	<u>47.399</u>	<u>1.102.768</u>	<u>10.756</u>	<u>11.049</u>	<u>8.746</u>	<u>1.056</u>	<u>1.230</u>	<u>6.801</u>	<u>12.596</u>	<u>52.234</u>	<u>1.155.002</u>
<u>Depreciação acumulada</u>													
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>(190.827)</u>	<u>(32.722)</u>	<u>-</u>	<u>(223.549)</u>	<u>(2.620)</u>	<u>(884)</u>	<u>(4.999)</u>	<u>(324)</u>	<u>(569)</u>	<u>(2.980)</u>	<u>-</u>	<u>(12.376)</u>	<u>(235.925)</u>
Depreciação	(21.334)	(2.420)	-	(23.754)	(240)	(33)	(275)	(49)	(19)	(99)	-	(716)	(24.469)
Alienação	<u>2.231</u>	<u>295</u>	<u>-</u>	<u>2.526</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43</u>	<u>2.568</u>
Saldos em 31 de março de 2012	<u>(209.930)</u>	<u>(34.847)</u>	<u>-</u>	<u>(244.777)</u>	<u>(2.860)</u>	<u>(917)</u>	<u>(5.274)</u>	<u>(330)</u>	<u>(588)</u>	<u>(3.079)</u>	<u>-</u>	<u>(13.049)</u>	<u>(257.826)</u>
Taxas anuais de depreciações - %	10	10			10	4	20	20	10	10			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	712.093	66.249	57.503	835.845	7.333	10.165	3.527	627	628	3.165	11.596	37.041	872.886
Saldo em 31 de março de 2012	747.289	63.303	47.399	857.991	7.896	10.132	3.472	725	642	3.722	12.596	39.185	897.176

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso (Tubos Mills e Elite), formas (Formas Noe e Aluma), escoramentos (MillsTour e Aluma), plataformas aéreas (JLG e Genie) e manipuladores telescópicos.

Abaixo destacamos as principais aquisições no trimestre por grupamento:

	<u>R\$</u>
Escoramentos	8.320
Plataformas	25.315
Formas de concretagem reutilizáveis	14.125
Andaime suspenso e estruturas de acesso	4.732
Outros	<u>3.995</u>
Total de aquisições	<u>56.487</u>

A depreciação do período, alocada ao custo de produção e de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de março de 2012 a R\$23.754 e R\$715 (31 de março de 2011 R\$15.319 e R\$552), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 9).

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Revisão da vida útil estimada

A Companhia, com base na avaliação dos responsáveis técnicos, emitiu laudo interno de avaliação datado de 29 de dezembro de 2011, aprovado em Reunião de Diretoria. Para a elaboração do respectivo laudo, o responsável técnico considerou o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado para o exercício de 2011, bem como não houve eventos durante o período findo em 31 de Março de 2012 que pudessem afetar a avaliação efetuada em 2011.

A Companhia avaliou que não houve eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil de tais ativos pode não ser recuperável.

8. INTANGÍVEL

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Ágio em investimentos</u>	<u>Total intangível</u>
<i>Custo do intangível bruto</i>				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>8.370</u>	<u>63</u>	<u>44.294</u>	<u>52.727</u>
Ágio GP Sul				
Aquisição	1.898			1.898
Saldos em 31 de março de 2012	<u>10.268</u>	<u>63</u>	<u>44.294</u>	<u>54.625</u>
<i>Amortização acumulada</i>				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>(2.997)</u>	<u>(10)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(7.239)</u>
Amortização	(206)			(206)
Saldos em 31 de março de 2012	<u>(3.203)</u>	<u>(10)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(7.445)</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	10		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.373	53	40.062	45.488
Saldo em 31 de março de 2012	7.065	53	40.062	47.180

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu ocorrida em 2008 e da aquisição da GP Sul ocorrida em 2011, e os mesmos estão sendo considerados como um segmento de negócio e uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável da UGC Jahu foi determinado com base no fluxo de caixa real deste segmento em 2011, antes do imposto de renda e da contribuição social, projetados para um período de dez anos, período ao longo do qual a Companhia projetou fluxos de caixa com base em previsões financeiras aprovadas pela Administração, considerando uma taxa de desconto em torno de 12% a.a. e sem considerar nenhuma taxa de crescimento. Não foi identificada necessidade de reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperável do ágio.

O valor recuperável da UGC GP Sul foi determinado com base em laudo a valor de mercado emitido por empresa especialista em agosto de 2011.

Em 2011, a Companhia fez a revisão do valor recuperável do ágio alocado na GP Andaimas Sul Locadora LTDA. através de laudo de empresa especialista. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do valor de mercado da GP Sul, pela abordagem de renda, através de projeção de fluxo de caixa descontado, para fins de fundamentação do valor pago. A taxa de desconto usada para mensurar o valor recuperável foi em torno de 12 % a.a.

A administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Os empréstimos foram usados para aquisição de equipamentos sendo indexados ao CDI ou a TJLP.

Os empréstimos indexados ao CDI foram acrescidos de 1,1% a 4,5% ao ano e com amortização de principal e juros em bases mensais.

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 0,2% a 7,0% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

Notas promissórias

Em 7 de dezembro de 2011 foram emitidas pela Companhia série única de 3(três) notas promissórias comerciais com valor nominal unitário de R\$9.000, perfazendo um montante de R\$27.000 com vencimento em 1º de dezembro de 2012. Sobre o valor nominal unitário das notas comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs, adicionado 1,10% ao ano. A remuneração será integralmente paga na data de vencimento.

Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiros são apresentados a seguir:

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	38.912	39.214
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>25.197</u>	<u>26.068</u>
	<u>64.109</u>	<u>65.282</u>
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	47.245	45.019
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>20.988</u>	<u>26.091</u>
Total	<u>68.233</u>	<u>71.110</u>

Empréstimos e financiamentos

	Passivo circulante	
	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>
Financiamentos com instituições financeiras:		
Indexados ao CDI acrescidos de 1,1% a 4,5% de juros ao ano	35.338	35.553
Indexados a TJLP acrescidos de 0,2% a 7,0% de juros ao ano	<u>3.574</u>	<u>3.661</u>
	<u>38.912</u>	<u>39.214</u>

	Passivo não circulante	
	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>
Financiamentos com instituições financeiras:		
Indexados ao CDI acrescidos de 1,1% a 4,5% de juros ao ano	26.121	26.545
Indexadas a TJLP acrescidos de 0,2% a 7,0% de juros ao ano	<u>21.124</u>	<u>18.474</u>
	<u>47.245</u>	<u>45.019</u>

As instituições financeiras com as quais a companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2012 são:

- Santander
- Banco do Brasil
- Banco Fibra
- Bradesco
- Itaú Unibanco

A Companhia celebrou, em 27 de maio de 2011, o contrato de empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A, Sucursal Nassau, no valor de U\$15,8 milhões (equivalente a R\$25,4 milhões). A liquidação do empréstimo será realizada em uma única parcela, no vencimento, em 28 de maio de 2013 e o pagamento dos juros acontecerá semestralmente. Com o objetivo de anular o risco da variação cambial deste empréstimo, foi contratado com o Banco Itaú BBA S.A, na mesma data do empréstimo, um instrumento financeiro (*swap*) no montante de R\$25,4 milhões para que todas as obrigações (principal e juros) sejam integralmente convertidas para moeda local e realizadas nas mesmas datas dos respectivos vencimentos.

Desta forma, os instrumentos financeiros e seus respectivos encargos são considerados no balanço patrimonial e no resultado da Companhia, como um único instrumento financeiro, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos a que este fluxo de caixa estará exposto.

Segue abaixo composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>
Garantias concedidas:		
Recebíveis	2.838	3.684
Penhor	-	2.106
Alienação fiduciária (*)	<u>122.336</u>	<u>121.302</u>
Total das garantias reais	<u>125.174</u>	<u>127.092</u>
Notas promissórias	91.751	91.751

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos através de FINAME e arrendamento.

As notas promissórias são garantias executáveis e servem como garantias adicionais com relação aos empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas do não circulante em 31 de março de 2012 estão demonstrados abaixo:

2013	28.790
2014	3.810
2015	2.852
2016	2.532
2017	2.532
2018 a 2021	<u>6.729</u>
	<u>47.245</u>

Covenants

Contrato de financiamento firmado com o Banco Itaú estabelece limites para determinados indicadores ligados à capacidade de endividamento e de pagamentos de juros como demonstrado abaixo:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3 (três); e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida que deverá ser igual ou superior a 2 (dois).

No fechamento das informações trimestrais de 31 de março de 2012 todos os índices estão sendo cumpridos.

Arrendamento financeiro

Refere-se, substancialmente, a contratos para a compra de imobilizado de locação com prazos entre 36 e 60 meses, com vencimentos até 2015 e indexados ao CDI acrescidos de 1,0% a 4,5% ao ano. Essa obrigação está garantida pelos próprios bens arrendados. Não estão sendo apresentados os fluxos de caixa de pagamento não descontado da dívida, pois os pagamentos são calculados de forma postecipada de acordo com a variação do CDI.

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>
2012	25.197	26.068
2013	13.130	18.490
2014	7.644	7.386
2015	<u>214</u>	<u>215</u>
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	46.185	52.159
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	46.185	52.159
Menos parcela de curto prazo	<u>25.197</u>	<u>26.068</u>
Parcela de longo prazo	20.988	26.091

Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado desses passivos financeiros, os juros são pós-fixados e reconhecidos de maneira pró-rata.

A Companhia possui contratos de arrendamento financeiro com opção de compra no final do prazo contratual. A opção de compra é baseada no valor residual garantido que pode ser pago no início, no fim ou durante o prazo contratual. Há também a opção de renovação do contrato de arrendamento pelo prazo e condições que as partes ajustarem.

Os arrendamentos correntes da Companhia não possuem cláusulas restritivas.

10. DEBÊNTURES

Em 8 de abril de 2011 foi aprovada a emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10,00, emitidas em 18 de abril de 2011. As debêntures têm vencimento em 18 de abril de 2016 e remuneração de 112,5% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas sendo o primeiro vencimento em 18 de abril de 2014. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$2.358 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão. Em 31 de março de 2012 o saldo de debêntures bruto dos custos de transação é de R\$14.264 no passivo circulante e de R\$270.000 no passivo não circulante e R\$13.792 e R\$268.546 líquidos dos custos de transação respectivamente. (Em 31 de dezembro de 2011 o saldo de debêntures é de R\$6.598 no passivo circulante e de R\$270.000 no passivo não circulante e R\$6.126 e R\$268.428 líquidos dos custos de transação respectivamente)

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3 (três); e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida que deverá ser igual ou superior a 2 (dois).

No fechamento das informações trimestrais de 31 de março de 2012 todos os índices estão sendo cumpridos.

11. PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o período.

Em 31 de março de 2012 a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração. (Em 31 de Março de 2011 a Companhia registrou R\$30 com despesa de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração).

b) Remuneração da administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>
Salários e encargos - Diretoria	1.014	967
Honorários do Conselho de Administração	529	190
Pagamentos com base em ações	<u>327</u>	<u>177</u>
Total	<u>1.870</u>	<u>1.334</u>

12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Participação dos empregados nos lucros

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social da Companhia.

Em 27 de março 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que o valor de participação de resultados distribuído não mais será fixo em 25%, podendo variar entre o mínimo de 20% e o máximo de 30%,(*)do Valor econômico agregado - EVA que é calculado com base no lucro operacional deduzido ou adicionado aos resultados não recorrentes, deduzido dos impostos, e da remuneração do capital próprio. A métrica para este cálculo está aprovada pela administração da Companhia.

O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor registrado no passivo circulante e no resultado em 31 de março de 2012 é de R\$3.600 (em dezembro de 2011 - R\$7.917 no passivo circulante e em março de 2011 R\$ 1.414 no resultado).

(*) O percentual exato dentro desta faixa será definido até o último dia útil do exercício em questão, gerando a base para pagamento do ano seguinte.

b) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela assembleia geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Esses planos são administrados pela companhia e a aprovação das outorgas é sancionada pelo conselho de administração.

Descrição dos planos

Plano 2002

Este plano foi aprovado pela assembleia geral extraordinária de 1º de agosto de 2002, tendo sido outorgado na mesma data e exercido em 31 de agosto de 2002, e consiste em um mecanismo de compra de ações ordinárias da empresa.

Foram adquiridas 612.157 mil ações da então Mills Andaimos Tubulares do Brasil S.A (MAT), antiga holding do grupo e incorporada pela Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A (ME), em 30 de Janeiro de 2009, equivalentes em 31 de dezembro de 2009 a 3.920 ações da ME, pelo preço ("strike price") de R\$2,2632 o milhar de ações. O valor correspondente já foi 100% integralizado e o lock up de 3 anos de prestação de serviço já foi cumprido.

Planos Especiais Top Mills e Plano Especial CEO

Tais planos foram aprovados pelo conselho de administração, em 27 de novembro de 2007, e ratificados em assembleia geral extraordinária realizada em 28 de maio de 2008. Entre 1º de janeiro de 2008 e 1º de janeiro de 2009 foram outorgadas, ao todo, 140.825 mil opções de compras de ações da antiga empresa MAT, correspondendo, em 31 de dezembro de 2009, a 901 mil opções da ME.

Essas opções serão convertidas em ações, pelo preço de R\$12,0294 por milhar, corrigido pelo IPCA entre janeiro de 2008 e a data do seu exercício.

Em contrapartida, os beneficiários ficam obrigados a prestar serviços para a Companhia pelo prazo de 3 anos após a data da oferta pública.

O plano especial Top Mills entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008 e será extinto até 10 de julho de 2015, ou a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.

O plano especial CEO entrou em vigor em 1º de novembro de 2008 e será extinto até 10 de julho de 2012 ou a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.

Plano Ex-CEO

Neste plano foram outorgadas 24.000 mil opções também da antiga MAT em 1º de maio de 2008, correspondendo em 31 de dezembro de 2009 a 154 mil opções da ME. Este plano é igual ao plano Top Mills e Especial CEO anteriormente descrito, inclusive no preço de exercício, exceto pelo fato de não existir um "lock up period". O plano já foi exercido e capitalizado em 12 de março de 2010 o correspondente a 154 mil ações.

Plano executivos Mills Rental

O plano foi outorgado em 29 de dezembro de 2008, também com opções da antiga MAT, para os principais executivos da divisão Rental, que iniciou suas atividades em Janeiro de 2008. O exercício das opções está condicionado ao atingimento de metas de EBITDA.

Na primeira etapa do plano foram distribuídas opções equivalentes a US\$387 mil (trezentos e oitenta e sete mil), condicionadas ao atingimento de um EBITDA pela divisão de R\$11 milhões. Na segunda etapa foram distribuídas opções equivalentes a US\$1.162 (um milhão, cento e sessenta e dois mil dólares) condicionadas ao atingimento de um EBITDA pela divisão de R\$22 milhões. A quantidade de opções correspondentes a estes valores foi obtida convertendo-se os valores acima para reais pela taxa do dia de encerramento do exercício onde a meta foi atingida, e dividindo-se o valor em reais pelo valor por ação correspondente a valorização da Mills de 6,6 vezes o EBITDA, menos dívida líquida do mesmo exercício, no qual a meta foi atingida. A esta quantidade é acrescida uma pequena quantidade para fazer o "gross up", correspondente à alíquota de IR fonte de 15%.

O preço de exercício destas opções é de R\$3,95 por milhar, atualizado pelo IPCA desde janeiro de 2007, até a data do exercício. Na ocasião da outorga do plano, estava previsto o atingimento da primeira meta em 31 de dezembro de 2008 e para 31 de dezembro de 2009 a segunda meta, resultando na outorga de 137.031 mil opções da antiga MAT, correspondendo em 31 de dezembro de 2009 a 438 mil opções da ME. A primeira meta foi atingida, de fato, em 31 de dezembro de 2008, tendo resultado na emissão e aquisição de 199.853 ações da ME, mediante aumento de capital, na AGE de 1º de outubro de 2009, no valor de R\$134 mil. A segunda meta foi atingida e as opções foram exercidas.

O Plano especial Mills divisão Rental entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008 e será extinto em 31 de dezembro de 2013, ou a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.

Plano de opções de compras de ações 2010

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de fevereiro de 2010, foi aprovado o Plano de Opção de compra de ações de emissão da Companhia. Poderão ser eleitos como beneficiários administradores e empregados em posição de comando da Companhia ou de sociedades sob controle da Companhia. O plano é administrado pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições para o exercício da opção, bem como restrições à transferência de ações adquiridas com o exercício das opções. As opções de compras de ações, outorgadas no âmbito do plano, poderão conferir direitos de aquisição de até 5% das ações do nosso capital social. Adicionalmente, o plano tem como meta opções de compra de ações, em número que não exceda, em cada ano, a 1% das ações do capital social, na data de aprovação do plano.

O preço das ações ordinárias a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício das opções, será fixado pelo Conselho de Administração, com base na média da cotação das ações na BM&F BOVESPA, ponderada pelo volume de negociação havido no mês, ou nos dois meses anteriores a outorga, corrigido pela inflação de acordo com o IPCA, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação, pagos pela Companhia, a partir da data da outorga. Excepcionalmente, na primeira outorga, o preço de exercício das opções será baseado no valor de lançamento, das ações no âmbito da oferta, corrigido pela inflação, de acordo com o IPCA, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação, pagos, a partir da data da outorga. As opções outorgadas nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 1.432 mil opções de ações em 31 de maio de 2010.

As opções de compras vigorarão pelo prazo de seis anos completos, a contar da data de celebração do contrato em 31 de maio de 2010, isto é, até a data de 31 de maio de 2016.

Em 5 de julho 2010 realizou-se a segunda outorga de opções de ações com preço de exercício da primeira distribuição pública de suas ações, isto é R\$11,50 corrigido monetariamente de acordo com a variação do IPCA, a partir de 5 de julho de 2010 até a data de exercício da Opção de Compra, (iii) deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação pagos pela Companhia a partir da data da outorga. As opções de ações da segunda outorga nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 43 mil opções de ações.

As opções de compra vigorarão pelo prazo de seis anos completos a contar de 5 de julho, isto é até 5 de julho de 2016.

Plano de opções de compras de ações 2011

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2011, foi aprovado o Plano de Opção de compra de ações 2011 de emissão da Companhia. Poderão ser eleitos como beneficiários administradores e empregados em posição de comando da Companhia ou de sociedades sob controle da Companhia. O plano é administrado pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições para o exercício da opção, bem como restrições à transferência de ações adquiridas com o exercício das opções. As opções de compras de ações, outorgadas no âmbito do plano, poderão conferir direitos de aquisição de até 5% das ações do nosso capital social. Adicionalmente, o plano tem como meta opções de compra de ações, em número que não exceda, em cada ano, a 1% das ações do capital social, na data de aprovação do plano.

O preço das ações ordinárias a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício das opções, fixado pelo Conselho de Administração, quando da instituição do programa, é igual ao preço médio das ações adquiridas conforme nota de corretagem corrigido monetariamente de acordo com o IPCA, a partir da data de celebração do Contrato de Opção até a data de exercício da Opção, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação pagos pela Companhia a partir da data da outorga.

As opções outorgadas nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 1.184 mil opções de ações em 16 de abril de 2011.

As opções de compras vigorarão pelo prazo de seis anos completos, a contar da data de celebração do contrato em 16 de abril de 2011.

Precificação e contabilização dos planos

Para precificação do custo das parcelas dos planos referentes à sua componente de patrimônio foram determinadas as volatilidades aplicáveis a cada um, as taxas livres de risco e os "stock prices", com base em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos dívida líquida no período de cada plano e usamos o modelo de *Black-Sholes* para cálculo dos valores justos.

Com relação ao plano 2002, como se trata de simples mecanismo de compra de ações ordinárias, as opções, já exercidas, estão integralmente consideradas como instrumentos patrimoniais e registrados na conta de reserva de capital, dentro do patrimônio líquido.

Para os demais planos concedidos até 2009 a Companhia classificou os planos como instrumentos compostos uma vez que os mesmos incluem um componente de dívida (direito/possibilidade de receber o pagamento em dinheiro na não ocorrência da oferta pública) e um componente de capital (direito/possibilidade de receber o pagamento em instrumento de patrimônio em ocorrendo a oferta pública) no qual a escolha de liquidação está fora do controle da Companhia e do beneficiário. Para precificação do valor justo da parcela de dívida foi considerado o quanto a Companhia desembolsaria, a valor presente, conforme o múltiplo de EBITDA, descrito acima, ponderado pela probabilidade de ocorrência do evento de oferta pública de ações, sendo o valor resultante contabilizado no passivo exigível de longo prazo. A oferta pública ocorreu em 14 de abril de 2010, portanto não existe parcela de dívida a partir dessa data.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio. O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o ano de 2010, foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, de R\$3,86 (1ª outorga) e 5,49 (2ª outorga) por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$11,95 (1ª outorga) e 14,10 (2ª outorga) na data da concessão, preço do exercício de R\$11,50 (1ª e 2ª outorgas) volatilidade de 31% mensurada pelo histórico do EBTIDA da companhia, rendimento de dividendos de 1,52% (1ª outorga) e 1,28% (2ª outorga), uma vida esperada da opção correspondente a quatro anos e uma taxa de juros anual sem risco de 6,60% e 6,37% respectivamente.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o ano de 2011, foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, de R\$6,57 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$21,08 na data da concessão, preço do exercício de R\$19,28 volatilidade de 35,79% mensurada pelo histórico do comportamento do valor da ação da companhia, rendimento de dividendos de 1,73%, uma vida esperada da opção correspondente a quatro anos e uma taxa de juros anual sem risco de 6,53%.

A parcela de patrimônio é precificada apenas no momento da outorga e não sofre remensurações de valor justo a cada data de balanço. As parcelas de patrimônio e de dívida são apropriadas plano a plano, considerando seus respectivos períodos de "*lock up*" (período em que ações ficam bloqueadas para negociação), com base na melhor estimativa da administração quanto à data final dos mesmos.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>
<u>Plano 2002</u>		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de ações (milhares)	3.920	3.920
<u>Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO</u>		
Reserva de capital	1.084	1.021
Número de opções a exercer (milhares)	143	143
Número de ações (milhares)	912	912
<u>Plano executivos Mills Rental</u>		
Reserva de capital	3.983	3.959
Número de ações (milhares)	391	391
<u>Plano 2010</u>		
Reserva de capital	2.590	2.236
Número de opções a exercer (milhares)	1.248	1.281
Número de ações (milhares)	227	194
<u>Plano 2011</u>		
Reserva de capital	1.840	1.360
Número de opções a exercer (milhares)	1.184	1.184
Total registrado como patrimônio (acumulado)	10.943	10.022
Efeito no resultado (*)	(921)	(3.124)

(*) Em 31 de março de 2011 o efeito no resultado foi de R\$ 441.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	50.311	33.767
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(17.106)	(11.481)
Provisões indedutíveis* e diferenças permanentes	(456)	(26)
Outros	<u>(84)</u>	<u>(62)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(17.646)	(11.569)
Alíquota efetiva	35%	34%
Imposto de renda corrente	(18.597)	(11.269)
Imposto de renda diferido	951	(300)

* As provisões indedutíveis estão compostas por despesas de *stock options*, brindes, perdão de dívida e multas por infrações fiscais.

b) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

O Imposto diferido reconhecido em outros resultados abrangentes é resultante de provisão de ganhos/perdas de instrumentos de hedge em hedge de fluxo de caixa transferidos para os valores contábeis iniciais dos itens sujeitos a hedge. Total do imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado abrangente em março de 2012 é de R\$91

c) Composição do imposto de renda e contribuição social diferido

A composição dos valores relativos ao imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>
<u>Natureza</u>		
Ativos		
Ágio Itapoã (*)	1.821	2.202
Ajuste valor presente	160	160
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	6.305	4.370
Arrendamento financeiro	3.155	3.351
Provisões para riscos tributários, cíveis e trab. e participação lucros	5.801	5.457
Outras provisões	<u>578</u>	<u>577</u>
Total	<u>17.820</u>	<u>16.117</u>
Passivo		
Ágio Jahu (*)	(9.352)	(8.633)
Ágio GP Sul (*)	(90)	(56)
Receita de atualização de depósitos judiciais	(801)	(762)
Derivativos <i>swap</i>	(91)	(1.083)
Debêntures - Custo de captação	<u>(655)</u>	<u>(695)</u>
Total	<u>(10.989)</u>	<u>(11.229)</u>

(*) Os créditos e débitos fiscais de IR e CSLL, são compostos pelo benefício das reorganizações societárias, envolvendo as incorporações da Itapoã, da Jahu e da GP Sul, relativo à diferença temporária pela não amortização contábil do ágio gerado nas aquisições.

Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para realização</u>
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Realização no prazo da depreciação linear dos bens
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Outras provisões	Pelo pagamento
Ágio da Itapoã	Pela amortização fiscal
Ágio da Jahu/Ágio GP Sul	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Atualização de depósitos judiciais	Pelo levantamento do depósito
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Derivativos	Pela depreciação

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos para 31 de março de 2012:

	IR e CSLL diferidos ativos	IR e CSLL diferidos passivos
2012	3.362	(131)
2013	3.858	(175)
2014	2.769	(175)
2015	2.769	(175)
2016	3.374	(89)
A partir de 2017	<u>1.688</u>	<u>(10.244)</u>
Total	<u>17.820</u>	<u>10.989</u>

Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

14. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Nas datas das informações trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, relacionados a provisões:

		31 de março de <u>2012</u>	31 de dezembro de <u>2011</u>
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	(i)	239	233
Reclamações trabalhistas	(ii)	1.396	1.396
IRPJ/CSLL - Jahu	(iii)	5.356	5.289
Responsabilidade cível	(iv)	440	440
ISS sobre locação	(v)	190	187
Fator Acidentário Previdenciário - FAP	(vi)	-	2.754
SAT – Diferencial de Alíquota	(vii)	751	713
IRPJ/Cofins/Pis	(viii)	921	898
Pis/Cofins - Jahú -	(ix)	3.073	3.073
Honorários de êxito	(x)	1.247	-
Outros		<u>1.096</u>	<u>1.096</u>
		<u>14.709</u>	<u>16.079</u>

b) Composição dos depósitos judiciais

		31 de março de <u>2012</u>	31 de dezembro de <u>2011</u>
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	(i)	674	674
Reclamações trabalhistas	(ii)	1.449	1.413
ISS sobre locação	(v)	4.429	4.429
Fator Acidentário Previdenciário - FAP	(vi)	174	171
Contribuição Social /Pis - Jahu	(ix)	3.074	3.074
Outros		<u>1.188</u>	<u>1.150</u>
		<u>10.988</u>	<u>10.911</u>

c) Natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e, está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

Os principais riscos tributários, cíveis e trabalhistas em discussão podem ser resumidos como segue:

(i) Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

Em 2001 e 2005, a sociedade sofreu autuações referentes ao recolhimento de valores supostamente não recolhidos a títulos de contribuições previdenciárias, e com base na posição de seus consultores jurídicos externos a administração manteve uma provisão de R\$239 em 31 de março de 2012 (31 de dezembro de 2011 - R\$233).

(ii) Reclamações trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. As chances de sucesso são consideradas favoráveis na maioria dos processos e, baseada na posição dos consultores jurídicos externos das sociedades, é mantida uma provisão somente para aqueles julgados como de perda provável.

(iii) IRPJ/CSLL Jahu

A antiga Jahu (anteriormente à incorporação pela Mills) foi autuada por indedutibilidade de despesas com prestadores de serviço, além de imposto de renda na fonte sobre os valores pagos aos mesmos. Os valores que compõem o referido auto no montante de R\$5.356 atualizado em 31 de março de 2012 (31 de dezembro de 2011 - R\$5.289) foram provisionados, pois a chance de perda é considerada provável.

(iv) Processos de responsabilidade cível

A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações. Amparada por seus consultores jurídicos externos, a Administração possui em 31 de março de 2012 uma provisão de R\$440 (31 de dezembro de 2011 - R\$440) para as perdas consideradas prováveis.

(v) ISS sobre locação

Em outubro de 2001 a Companhia ingressou com ações nos diversos municípios em que atua, visando recuperar o ISS recolhido desde 1991 sobre locação de bens móveis. As ações encontram-se em curso, no aguardo de decisão judicial. Após a edição da Lei Complementar nº 116/2003, a partir de agosto de 2003, a Mills interrompeu o recolhimento de ISS sobre locação de bens móveis, continuando a tributar a cessão de andaimes e outras estruturas de uso temporário.

Já a antiga Jahu ingressou com ações questionando a incidência do ISS na locação de bens móveis, e efetuava depósitos judiciais, mesmo após a Lei nº 116/2003. A Companhia registrou provisão para perda no montante de R\$190 tendo em vista que a probabilidade de êxito foi considerada remota para o município de Niterói. Para os demais municípios não existem provisões em virtude da probabilidade de êxito ser possível.

(vi) FAP – Fator acidentário de prevenção

Após a divulgação do índice do FAP, multiplicador da contribuição para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (“RAT”), aplicável ao exercício de 2010, a Companhia ingressou com contestação e recurso administrativos para questionar os critérios utilizados para sua determinação. Foi impetrado Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da parcela do RAT majorada pelo FAP em razão do recurso administrativo, tendo a Companhia optado pelo depósito judicial da competência janeiro/2010 (R\$168), já que a liminar somente foi concedida em março de 2010.

Em relação ao FAP divulgado para o exercício de 2011, a Companhia não ingressou com contestação administrativa e impetrou Mandado de Segurança questionando a legalidade e constitucionalidade da majoração do RAT pelo FAP. A liminar foi concedida para afastar a aplicação do FAP, contudo, a União Federal, em sede de recurso, conseguiu suspender os efeitos da liminar. Em março de 2012, tal recurso foi julgado procedente, desta forma, os valores não recolhidos pela Companhia, foram pagos com juros moratórios, sem incidência de multa, que montam o valor de R\$2.585, conforme posição de nossos consultores jurídicos externos. O valor excedente ao que havia sido provisionado (R\$ 207) foi revertido para o resultado.

(vii) SAT – Diferencial de Alíquota

Ação ordinária visando suspender a exigibilidade do crédito tributário do INSS, em sede de tutela antecipada, e, ao final, assegurar o direito da Companhia ao recolhimento para o SAT (Seguro de Acidentes de Trabalho) em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, relativa à atividade preponderante em sua sede administrativa (Mills Barra), autorizando a compensação do montante indevidamente recolhido.

A Companhia recolhe o SAT à alíquota de 1% (risco leve) e deposita judicialmente, reconhecendo provisão para contingência o diferencial de alíquota de 2%.

Os valores provisionados em 31 de março de 2012 somam R\$751 (31 de dezembro de 2011 R\$713).

(viii) IRPJ/Cofins/Pis

Os débitos referem-se a procedimentos administrativos de cobrança da Cofins devida nas competências de janeiro a abril de 2004 e do IRPJ e PIS da competência de 1985. A Companhia registrou provisão para perda no montante de R\$921(31 de dezembro de 2011 - R\$898) tendo em vista que a probabilidade de êxito foi considerada remota pelos consultores jurídicos externos.

(ix) Pis/Cofins – Jahu

O saldo provisionado a título de PIS/COFINS refere-se a mandado de segurança movido pela antiga Jahu (anteriormente à incorporação pela Mills) referente a questionamento da majoração das alíquotas de Pis e Cofins instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003. Em função do questionamento judicial a antiga Jahu passou a depositar judicialmente a diferença de 1% de Pis e 4,6% de Cofins, recolhendo as contribuições com base nas alíquotas do regime cumulativo. A partir de outubro de 2005, a empresa não efetuou mais depósitos, e passou a recolher nas alíquotas do regime não cumulativo (1,65% para Pis e 7,6% para Cofins).

(x) Honorários de êxito

Provisões referentes a honorários, que geralmente estão fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos, os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos.

d) Ativos contingentes

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

Não houve variação significativa no saldo de passivos contingentes em relação ao apresentado em 31 de dezembro de 2011.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de março de 2012 é representado pelo valor de R\$527.990 (31 de dezembro de 2011 - R\$527.587) dividido em 125.690 mil (31 de dezembro de 2011 - 125.657 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Conforme estatuto social, fica facultado ao conselho de Administração aumentar o capital social até o limite de 200.000 mil ações.

(a.1) Emissão de ações

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro e 28 de fevereiro de 2012, foi aprovada a emissão de 33 mil ações totalizando um aumento no capital social no montante de R\$ 403, em razão do exercício por beneficiários de opções de compra de ações outorgadas conforme o Programa de Outorga de opções Plano 2010. As ações emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelos respectivos beneficiários.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

	31 de março de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
<u>Acionistas</u>				
Nacht Participações S.A.	27.422	21,82%	27.422	21,82 %
Jeroboam Investments LLC. (*)	-	-	19.233	15,31 %
Snow Petrel S.L.	19.233	15,30%	-	-
Capital Group International Inc.	7.032	5,59%	7.032	5,60 %
FMR LLC (**)	6.232	4,96%	6.587	5,24 %
Outros	<u>65.771</u>	<u>52,33%</u>	<u>65.383</u>	<u>52,03 %</u>
	<u>125.690</u>	<u>100,00%</u>	<u>125.657</u>	<u>100,00 %</u>

(*) Transferência da totalidade das ações ordinárias,, para Snow Petrel , devido sua dissolução e consequente extinção .

(**)Em 27 de fevereiro, reduziu sua participação societária na Mills, atingindo um percentual inferior a 5% do total do capital social votante da mesma.

b) Reservas de Lucros

(b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b.2) Reserva de Expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

(b.3) Reserva especial

A reserva especial refere-se ao benefício fiscal gerado pela reorganização societária ocorrida em 2009.

c) Outras reservas

(c.1) Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$15.068 líquido dos impostos, referente a distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$10.943 referente aos planos de *stock options* para os empregados e o valor do custo das ações canceladas no montante de R\$535, totalizando R\$4.660 como reserva de capital em 31 de março de 2012 (em 31 de dezembro 2011 - R\$5.581).

d) Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da companhia, a ser deliberado na Assembleia geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Ajuste de avaliação patrimonial-*hedge* de fluxo de caixa

A reserva para *hedge* de fluxo de caixa contém a parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço no valor de R\$176 líquido de impostos (em 31 de dezembro de 2011 R\$ R\$2.102).

16. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de março de <u>2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	<u>32.665</u>	<u>22.198</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	125.689	125.495
Lucro básico por ação	<u>0,26</u>	<u>0,18</u>

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de março de <u>2011</u>
Lucro		
Lucro líquido usado para determinar o lucro diluído por ação	<u>32.665</u>	<u>22.198</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	125.689	125.495
Ajustes de:		
Opções de compra de ações (milhares)	<u>2.575</u>	<u>1.729</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para lucro diluído por ação (milhares)	<u>128.265</u>	<u>127.224</u>
Lucro diluído por ação	0,25	0,17

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de março de <u>2011</u>
Locação	157.716	112.998
Vendas	9.239	6.233
Assistência técnica	47.567	43.320
Indenizações e recuperação	<u>11.879</u>	<u>5.489</u>
Total Receita bruta	<u>226.401</u>	<u>168.040</u>
Impostos sobre vendas e serviços	(19.642)	(13.699)
Cancelamentos e descontos	<u>(7.619)</u>	<u>(9.351)</u>
Total Receita líquida	<u>199.140</u>	<u>144.990</u>

18. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal para montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando esta montagem é feita pela própria Mills, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

Natureza	Em 31 de março de 2012			Em 31 de março de 2011		
	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(39.787)	(24.183)	(63.970)	(34.677)	(19.814)	(54.491)
Terceiros	(1.397)	(4.553)	(5.950)	(1.117)	(5.069)	(6.186)
Frete	(3.070)	(273)	(3.343)	(3.158)	(96)	(3.254)
Material construção/ manutenção e reparo	(7.808)	(708)	(8.516)	(7.871)	(1.071)	(8.942)
Aluguel de equipamentos e outros	(1.928)	(2.449)	(4.377)	(2.493)	(1.876)	(4.369)
Viagem	(1.812)	(2.409)	(4.221)	(1.561)	(2.647)	(4.208)
Depreciação	(23.754)	(715)	(24.469)	(15.319)	(552)	(15.871)
Amortização de intangível	-	(206)	(206)	-	(152)	(152)
		-				
Provisão para devedores-PDD	-	(6.410)	(6.410)	-	(494)	(494)
Plano de ações	-	(921)	(921)	-	(441)	(441)
Atualização provisões	-	(1.040)	(1.040)	-	(154)	(154)
Part. resultado	-	(3.600)	(3.600)	-	(1.414)	(1.414)
Outros	<u>(7.824)</u>	<u>(2.727)</u>	<u>(10.551)</u>	<u>(5.124)</u>	<u>(3.066)</u>	<u>(8.190)</u>
Total	<u>(87.380)</u>	<u>(50.194)</u>	<u>(137.574)</u>	<u>(71.320)</u>	<u>(36.846)</u>	<u>(108.166)</u>

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) Receitas financeiras

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de março de <u>2011</u>
Receitas de juros por recebimentos de faturas em atraso	373	241
Receitas de aplicação financeira	833	1.615
Descontos obtidos	156	17
Variação cambial e monetária ativa	-	182
Outras	<u>2</u>	<u>6</u>
	<u>1.364</u>	<u>2.061</u>

b) Despesas financeiras

	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de março de <u>2011</u>
Juros de empréstimos	(7.272)	(1.942)
Variação monetária passiva	(235)	(323)
Juros de arrendamento financeiro	(1.638)	(2.371)
Juros - Debêntures	(2.571)	-
Tarifas bancárias	(292)	(189)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(3)	(13)
Outras	<u>(608)</u>	<u>(280)</u>
	<u>(12.619)</u>	<u>(5.118)</u>

20. RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22-Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois estes é que geram a receita da Companhia, lucro líquido e EBTIDA de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pelo Conselho de Administração contendo as seguintes divisões:

Divisão de construção

Fornecimento de soluções específica de engenharia e equipamentos, especificamente com relação a formas de concretagem e estruturas de escoramentos, destinados a construção de grandes estruturas, planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços correlatos.

Divisão Jahu

Fornecimento de formas e concretagem, escoramentos e andaimes no âmbito da prestação de serviços de soluções especiais de engenharia para construção civil, com ênfase no setor de construção residencial e comercial, fornecendo planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços relacionados.

Divisão de Serviços Industriais

Fornecimento de estruturas desenvolvidas para permitir o acesso de pessoal e materiais durante as fases de montagem de equipamentos e tubulações e para manutenção, preventiva e corretiva, em grandes plantas industriais, serviços de pintura industrial, tratamentos de superfície e isolamento térmico.

Divisão Rental

Fornecimento de equipamentos motorizados de acesso (plataformas de trabalho aéreas) e manipuladores telescópios para elevação de pessoas e transporte de cargas em alturas consideráveis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro e no EBITDA.

.

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Jahu		Serviços Industriais		Rental		Total	
	31 de março de <u>2012</u>	31 de março de <u>2011</u>	31 de março de <u>2012</u>	31 de março de <u>2011</u>	31 de março de <u>2012</u>	31 de março de <u>2011</u>	31 de março de <u>2012</u>	31 de março de <u>2011</u>	31 de março de <u>2012</u>	31 de março de <u>2011</u>
Receita Líquida	39.319	31.833	52.481	29.214	50.875	50.207	56.465	33.736	199.140	144.990
(-) Custos e Despesas	(20.437)	(16.261)	(26.175)	(16.938)	(44.703)	(44.117)	(21.584)	(14.827)	(112.899)	(92.143)
(-) Depreciação/amortização	(5.493)	(5.100)	(7.100)	(2.738)	(2.752)	(2.384)	(9.330)	(5.801)	(24.675)	(16.023)
Lucro operacional	<u>13.389</u>	<u>10.472</u>	<u>19.206</u>	<u>9.538</u>	<u>3.420</u>	<u>3.706</u>	<u>25.551</u>	<u>13.108</u>	<u>61.566</u>	<u>36.824</u>
Receita financeira	253	662	387	467	238	374	486	558	1.364	2.061
Despesa financeira	(2.856)	(1.598)	(3.837)	(1.167)	(1.787)	(973)	(4.139)	(1.380)	(12.619)	(5.118)
Lucro antes do IRPJ/CSL	10.786	9.536	15.756	8.838	1.871	3.107	21.898	12.286	50.311	33.767
(-) IRPJ/CSL	<u>(3.777)</u>	<u>(3.264)</u>	<u>(5.534)</u>	<u>(3.029)</u>	<u>(658)</u>	<u>(1.076)</u>	<u>(7.677)</u>	<u>(4.200)</u>	<u>(17.646)</u>	<u>(11.569)</u>
Lucro Líquido	<u>7.008</u>	<u>6.272</u>	<u>10.222</u>	<u>5.809</u>	<u>1.213</u>	<u>2.031</u>	<u>14.221</u>	<u>8.086</u>	<u>32.665</u>	<u>22.198</u>
EBITDA	<u>18.882</u>	<u>15.572</u>	<u>26.306</u>	<u>12.276</u>	<u>6.172</u>	<u>6.090</u>	<u>34.881</u>	<u>18.909</u>	<u>86.241</u>	<u>52.847</u>

(*) O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia observando as disposições do Ofício Circular CVM nº 01/2007, quando aplicável. O EBITDA é calculado a partir do lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de bens de uso e equipamentos de locação e da amortização do intangível. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou no, IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Informação não sujeita a revisão dos auditores independentes.

Ativo por segmento de negócio

	Construção		Jahu		Serviços Industriais		Rental		Outros		Total	
	31 de março de <u>2012</u>	31 de dezembro de <u>2011</u>	31 de março de <u>2012</u>	31 de dezembro de <u>2011</u>	31 de março de <u>2012</u>	31 de dezembro de <u>2011</u>	31 de março de <u>2012</u>	31 de dezembro de <u>2011</u>	31 de março de <u>2012</u>	31 de dezembro de <u>2011</u>	31 de março de <u>2012</u>	31 de dezembro de <u>2011</u>
Imobilizado	196.607	193.138	292.075	287.499	80.319	79.900	328.175	312.349	-	-	897.176	872.886
Outros ativos	<u>59.038</u>	<u>60.460</u>	<u>104.704</u>	<u>103.399</u>	<u>85.147</u>	<u>93.981</u>	<u>72.365</u>	<u>73.593</u>	<u>91.742</u>	<u>87.529</u>	<u>412.996</u>	<u>418.962</u>
Ativo total	<u>255.645</u>	<u>253.598</u>	<u>396.779</u>	<u>390.898</u>	<u>165.466</u>	<u>173.881</u>	<u>400.540</u>	<u>385.942</u>	<u>91.742</u>	<u>87.529</u>	<u>1.310.172</u>	<u>1.291.848</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Valor contábil	
	Em 31 de março de 2012	Em 31 de dezembro de 2011
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	30.261	35.179
Contas a receber de clientes	142.534	141.750
Depósitos Judiciais	10.988	10.988
Ativos financeiros mensurados ao custo		
Participação societária - Rohr	87.392	87.392
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	58.203	57.023
Arrendamento financeiro	46.185	52.159
Debêntures	282.338	274.554
Notas promissórias	27.954	27.210
Contas a pagar a fornecedores	19.791	35.898
Passivos financeiros ao valor justo		
Derivativos	78	-
Ativos financeiros ao valor justo		
Derivativos	-	2.841
Instrumentos financeiros patrimoniais		
Planos de opções de ações	10.943	10.022

21.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2012.

	Nível 1		Nível 2		Saldo total	
	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>	Em 31 de março de <u>2012</u>	Em 31 de dezembro de <u>2011</u>
Ativos						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Títulos e valores mobiliários	-	34.449	-	-	-	34.449
Ativos financeiros- Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	-	-	2.841	-	2.841
Total do ativo	-	34.449	-	2.841	-	37.290
Passivos financeiros						
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	-	78	-	78	-
Total do passivo	-	-	317.167	308.456	317.167	308.456

(a) Valor justo dos títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

(b) Valor justo do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

(c) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações trimestrais. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

A administração da companhia julga que os empréstimos e financiamentos que estão reconhecidos nas informações trimestrais pelo seu valor contábil são substancialmente similares ao valor de mercado.

Empréstimos e financiamentos

<u>Dívida</u>	<u>Indicador</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Valor contábil</u>	
		Em 31 de março de 2012	Em 31 de dezembro de 2011	Em 31 de março de 2012	Em 31 de dezembro de 2011
BNDES	TJLP	25.054	22.611	24.698	22.134
Capital de giro	CDI	33.751	35.374	33.505	34.889
Leasing	CDI	46.604	52.612	46.185	52.159

(d) Valor justo de pagamentos baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

(e) Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é calculado pelo valor presente, por meio da utilização de taxas de mercado, que são auferidos nas datas de cada apuração.

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

21.3. Instrumentos financeiros Derivativos - hedge

(a) Política de Contratação de Derivativos

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que, a companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia.

Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado. Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da companhia, qualquer contrato ou assunção de obrigação cujo montante exceda R\$10.000 (dez milhões de reais) deve ser aprovado pelo conselho de Administração, salvo se previsto no Plano de Negócios. Para valores inferiores a R\$100 (cem mil reais), com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de *hedge*. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial.

As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

Por se tratarem de derivativos, o cálculo da posição mensal é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

(b) Os derivativos podem ser resumidos conforme tabela a seguir:

<u>Tipo</u>	Valor de referência (nacional) 31 de março de 2012	Valor justo 31 de março de 2012	Valores a receber/ a pagar 31 de março de 2012
NDF Compra a termo de Dólar Taxas contratadas 1,73 a 1,99 (USD)	49.185	(224)	(224)
NDF Compra a termo de Euro Taxa contratada 2,30 a 2,38 (EURO)	<u>3.205</u>	<u>146</u>	<u>146</u>
	<u>52.390</u>	<u>(78)</u>	<u>(78)</u>
<u>Tipo</u>	Valor de referência (nacional) 31 de dezembro de 2011	Valor justo 31 de dezembro de 2011	Valores a receber/ a pagar 31 de dezembro de 2011
NDF Compra a termo de Dólar Taxas contratadas 1,64 a 1,94 (USD)	67.958	2.842	2.842
NDF Compra a termo de Euro Taxa contratada 2,44 (EURO)	206	(1)	(1)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>68.164</u>	<u>2.841</u>	<u>2.841</u>

(c) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado, na data-base do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Para os contratos com limitador ou duplo indexador foram considerados, adicionalmente, a opção embutida no contrato de swap.

(d) Metodologia de cálculo da efetividade dos hedges

As operações de *hedge (swap)* da Companhia são realizadas com o intuito de buscar proteção contra as oscilações da moeda estrangeira de suas importações de máquinas e equipamentos. Tais operações são classificadas como *hedge accounting*.

A companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "*Dollar offset*", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

Em 31 de março de 2012, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente das operações de *hedge* da Companhia.

(e) Ganhos e perdas no período

Haja vista o fato de que a Companhia comprova a efetividade das operações de *hedge accounting (swap)* realizadas, as perdas e os ganhos verificadas nessas operações de derivativos são reconhecidas em contrapartida dos bens *hedgedos* (ativo imobilizado) como parte do custo inicial do bem no mesmo momento da contabilização do ativo. Em 31 de março de 2012 o montante de R\$108 foi transferido do patrimônio líquido e adicionado no custo inicial dos equipamentos.

A provisão para as perdas/ganhos não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos/ativos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Em 31 de março de 2012, o total dos ganhos não realizados com contratos futuros de moeda, reconhecido em "Outros resultados abrangentes", acumulado no Patrimônio Líquido dentro da rubrica Ajuste de avaliação patrimonial e relacionado a essas compras futuras previstas, era de R\$176 (perdas não realizados de R\$ R\$2.102 em 2011). A previsão é de que as compras ocorrerão no próximo período, quando o valor então diferido no patrimônio líquido será incluído no valor contábil dos equipamentos importados.

(f) Derivativos embutidos

Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Gerência Financeira em conjunto com a equipe jurídica, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos embutidos em aberto.

(g) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

(h) Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

<u>Risco</u>	<u>Instrumento/operação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II 25%</u>	<u>Cenário III 50%</u>
Taxa de juros	Dívida				
	BNDES - TJLP	Acréscimo no indicador	24.698	24.740	24.780
	Leasing - CDI	Acréscimo no indicador	46.185	47.500	48.903
	Capital de giro - CDI	Acréscimo no indicador	33.505	34.396	35.107
	Debêntures	Acréscimo no indicador	284.264	307.201	326.775
	Notas Promissórias - CDI	Acréscimo no indicador	27.954	28.538	29.016
Total			416.606	442.375	464.581
		Variação		6%	12%
	Efeito acumulado no Patrimônio Líquido		-	25.768	22.206
Risco	Instrumento/operação	Descrição			
Taxa de câmbio (USD)	Compromissos comerciais*	Acréscimo na taxa de câmbio	(47.819)	(59.774)	(71.729)
	NDF	Acréscimo na taxa de câmbio	(1.366)	10.589	22.544
Total			(49.185)	(49.185)	(49.185)
		Variação	0%	0%	0%
	Efeito acumulado no Patrimônio Líquido		-	-	-
Risco	Instrumento/operação	Descrição			
Taxa de câmbio (EURO)	Compromissos comerciais*	Acréscimo na taxa de câmbio	(3.309)	(4.136)	(6.205)
	NDF	Acréscimo na taxa de câmbio	104	931	2.999
Total			(3.205)	(3.205)	(3.206)
		Variação		0%	0%
	Efeito acumulado no Patrimônio Líquido		-	-	-

* Os contratos de swaps são firmados para troca de 100% do risco da moeda estrangeira (USD) para moeda nacional (R\$).

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Referência	Cenário I manutenção da taxa	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (%) (i)	10,04%	12,55%	15,06%
TJLP (%) (ii)	6,00%	7,50%	9,00%
US\$ (%) (iii)	1,74	2,17	2,61
Euro (%) (iv)	2,43	3,04	3,65

- (i) Como relação ao risco de juros, a administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros a manutenção da taxa Selic, consequentemente da taxa CDI, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (ii) Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP para os próximos três meses, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (iii) e (iv) A administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a manutenção da taxa de câmbio para os próximos três meses e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.

22. SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, a Companhia contratou seguro contra riscos de responsabilidade civil, cuja cobertura, em 31 de março de 2012, montava a R\$29.000 (31 de dezembro de 2011 R\$29.000).

23. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de março de 2012, a Companhia adquiriu a prazo R\$8.788 em equipamentos com atividade de investimento não envolvendo caixa, portanto esse investimento não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa (R\$23.410 em 31 de dezembro de 2011).

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 02 de abril de 2012, em Reunião do Conselho de Administração aprovou-se o aumento do capital social da Companhia através da emissão de 47.131 (quarenta e sete mil cento e trinta e uma ações) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$ 2,38 (dois reais e trinta e oito centavos) por ação, totalizando o montante de R\$112. (cento e doze mil) em razão do exercício por beneficiários de opções de compra de ações outorgadas conforme o Plano Especial de Outorga de Opções Top Mills.

Em 24 de abril de 2012, em Reunião do Conselho de Administração aprovou-se o aumento do capital social da Companhia através da emissão de 371.448 (trezentos e setenta e um mil e quatrocentos e quarenta e oito ações) e 44.421 (quarenta e quatro mil e quatrocentos e vinte e uma ações) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$ 12,42 (doze reais e quarenta e dois centavos) e R\$ 20,10 (vinte reais e dez centavos) por ação respectivamente, totalizando aumento no capital de R\$5.506 (cinco milhões quinhentos e seis mil) em razão do exercício por beneficiários de opções de compra de ações outorgadas conforme o Plano 2010 e 2011 respectivamente.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de abril de 2012, foi aprovada nova emissão de notas comerciais da Companhia, em série única, com valor unitário de R\$1.000 (um milhão de reais), e emissão em 23 de abril de 2012, perfazendo um total de R\$ 30.000 (trinta milhões de reais), com prazo de vencimento em 03 de dezembro de 2012.
